



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2019

Altera o art. 93, II, b, da Constituição Federal, para modificar a lista de promoção de entrância para entrância de magistrados e de acesso aos tribunais de segundo grau.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) (1º signatário), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chico Rodrigues

*À Comissão de
Constituição, Justiça e
Cidadania*
Em 26/03/2019
[Assinatura]

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2019

Altera o art. 93, II, *b*, da Constituição Federal, para modificar a lista de promoção de entrância para entrância de magistrados e de acesso aos tribunais de segundo grau.



SF/19505.03747-90

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea *b* do inciso II do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93.

.....

II –

.....

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira metade da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

.....” (NR)

Recebido em 26 / 03 / 2019
Hora: 19h : 33
[Assinatura]
Alice Lima Lana
Matrícula 341864 SI/SE/SCM



Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, por força da disciplina do art. 93 da Constituição, fez-se necessária a edição de Lei Complementar a regular as condições de promoção de magistrado.

A Lei Complementar nº 35, 14 de março de 1979, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, recepcionada pela vigente Carta, orienta-se pelos critérios constitucionais de promoções e remoções. Assim, valorizam-se os conhecimentos jurídicos e a experiência curial dos indicados, em detrimento de critérios políticos de promoção.

O que poderia ser equiparado a uma promoção horizontal de juízes no Brasil é, portanto, a promoção de juízes substitutos para juízes titulares e as de entrância.

A escolha dos juízes brasileiros é feita mediante concurso público de provas e títulos, entretanto, ao ingressar no Poder Judiciário, este novo magistrado o faz na condição de Juiz Substituto, tal como preceitua o inciso I do citado art. 93 da Constituição. Ele será promovido ao cargo de Juiz Titular se surgir uma vara vaga para isso.

A segunda possibilidade corresponde às entrâncias. A entrância corresponde ao nível de organização judiciária dentro de um Estado. Assim, de acordo com a demanda e importância política da comarca existem as entrâncias. Nesse sentido, as entrâncias constituem a primeira instância de jurisdição, sendo que a mudança de entrância constitui uma promoção horizontal.



SF/19505.03747-90

Página: 2/6 20/03/2019 12:46:53

21db95604a692652d7985002a5e0388cac535c5c



Ademais, existe uma diferença na remuneração. Ocorre que o Juiz Titular percebe uma remuneração maior que o Juiz Substituto e os vencimentos dos magistrados mudam de acordo com a entrância a que pertencem. Esses vencimentos são determinados por Lei específica de cada Estado-membro do país, tal como dispõem os arts. 32 e 61 da referida Lei Complementar nº 35, de 1979:

Art. 32. Os vencimentos dos magistrados são irredutíveis, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive o de renda, e aos impostos extraordinários.

Parágrafo único. A irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados não impede os descontos fixados em lei, em base igual à estabelecida para os servidores públicos, para fins previdenciários.

Art. 61. Os vencimentos dos magistrados são fixados em lei, em valor certo, atendido o que estatui o art. 32, parágrafo único.

A carreira da magistratura brasileira é, portanto, estruturada de modo a assegurar uma política de promoção por desempenho, em que o magistrado busca a ascensão funcional dada a razoável amplitude entre o piso e o teto salarial. Ademais, dentro de uma mesma instância do Judiciário se permite uma promoção horizontal dos magistrados, seja por promoção de Juiz Substituto a Titular, bem como pela mudança de entrância, em cujas estratificações registram-se diferenças remuneratórias.

Não há percepção de remuneração por equiparação, somente o exercício efetivo da função é que permite a remuneração do magistrado brasileiro.

Tendo em vista o enorme acervo processual e o contínuo aumento das demandas junto ao Poder Judiciário, faz-se necessária a implementação de instrumentos que estimulem a carreira dos magistrados, ocasionando maior



SF/19505.03747-90

Página: 3/6 20/03/2019 12:46:53

21db95604a692652d7985002a5e0388cac535c5c



celeridade na tramitação dos processos e uma resposta judicial mais qualificada aos jurisdicionados.

Atente-se que já há o critério de “antiguidade” de promoção de entrância para entrância e acesso aos Tribunais que privilegia o magistrado mais antigo. Por isso o critério do merecimento que analisa fatores que auferem presteza, conduta profissional, aperfeiçoamento e produtividade do magistrado, deve incluir o maior número de magistrados possíveis, não se atendo apenas aos mais antigos, como é feito atualmente, onde o campo de análise para promoção pelo mérito é reduzido somente para a quinta parte dos magistrados da última ou única entrância da lista de antiguidade, o que não se coaduna com o espírito do critério de merecimento, do texto constitucional.

Para tal, sob o critério de merecimento, faz-se necessária a avaliação de um número maior de magistrados, com a finalidade de que sejam promovidos os mais qualificados, exaltando, dessa maneira, verdadeiramente o critério do merecimento e, fundamentalmente, estimulando a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional durante toda a carreira do magistrado. Assim, nada mais coerente do que aumentar da quinta parte para a metade mais antiga o número de magistrados que possam ser avaliados.

Por todas essas razões, entendemos que já é passada a hora de ver-se modificada o número de magistrados que possam ser avaliados para fins de promoção.

Sala das Sessões,

Senador **CHICO RODRIGUES**

RR/DEM



SF/19505.03747-90

Página: 4/6 20/03/2019 12:46:53

21db95604a692652d7985002a5e0388cac535c5c



Altera o art. 93, II, b, da Constituição Federal, para modificar a lista de promoção de entrância para entrância de magistrados e de acesso aos tribunais de segundo grau.

NOME	ASSINATURA
1. Telmarino Ueta	
2. Lucas Boreto	
3. Humberto Costa	
4. [assinatura]	
5. [assinatura]	
6. Paulo Rocha	
7. Kaluru	
8. Flávio Arns	
9. Selma Almeida	
10. [assinatura]	
11. Elizianeam	
12. Edmundo Ginto	
13. Emerson Pinto	
14. Rose de Freitas	
15. Itaci Lucas	
16. Oridvisto	
17. Lasier	
18. [assinatura]	
19. Paulo Vaz	
20. Leguinha Manuêla	
21. [assinatura]	
22. [assinatura]	
23. [assinatura]	
24. [assinatura]	
25. [assinatura]	

Marcio
Bittar

Jayme
Lima

→



SF/19505.03747-90

Página: 5/6 20/03/2019 12:46:53

21db95604a692652d7985002a5e0388cac535c5c



Altera o art. 93, II, b, da Constituição Federal, para modificar a lista de promoção de entrância para entrância de magistrados e de acesso aos tribunais de segundo grau.

26.	Alvaro Dias	
27.	Eam Stevenson	
28.		
29.		
30.		
31.		
32.		
33.		
34.		
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		
40.		



SF/19505.03747-90

Página: 6/6 20/03/2019 12:46:53

21db95604a692652d7985002a5e0388cac535c5c



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 93

- alínea b do inciso II do artigo 93

- Lei Complementar nº 35, de 14 de Março de 1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; LOMAN - 35/79

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:1979;35>